

**PROJETO DE LEI Nº 2995.10, DE 19 DE MAIO DE 2025.**

**ORIGEM: EXECUTIVO MUNICIPAL**

Cria o Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS e o Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS no Município de Progresso e dá outras providências.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE PROGRESSO**, Estado do Rio Grande do Sul,

**FAÇO SABER** que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte

## **L E I**

### **CAPÍTULO I**

#### **DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS**

##### **DOS OBJETIVOS**

**Art. 1º** - Fica criado o Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, instituído como órgão deliberativo, normativo, proponente e fiscalizador, de caráter permanente e de composição paritária entre representantes do governo e sociedade civil, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania, responsável pela coordenação da Política Municipal de Assistência Social.

**Art. 2º** O CMAS tem por competência:

**I** - Aprovar, acompanhar, avaliar e fiscalizar a Política Municipal de Assistência Social, elaborada em consonância com a Política Estadual de Assistência Social e a Política Nacional de Assistência Social, na perspectiva do SUAS - Sistema Único de Assistência Social, e com as diretrizes estabelecidas pelas Conferências de Assistência Social, acompanhando a sua execução;

**II** - Aprovar, acompanhar, avaliar e fiscalizar o Plano Municipal de Assistência Social, observando a legislação pertinente ao SUAS;

**III** - Normatizar as ações e regular a prestação de serviço de natureza pública e privada no campo da assistência social;

**IV** - Participar da elaboração e aprovar as propostas de Lei de Diretrizes Orçamentárias, Plano Plurianual e da Lei Orçamentária Anual no que se refere à assistência social, bem como o planejamento e a aplicação dos recursos destinados às ações de assistência social, tanto os recursos próprios quanto os oriundos de outros entes federativos, alocados no fundo de assistência social;

**V** - Apreciar e aprovar os relatórios de atividades e de realização financeira dos recursos do Fundo Municipal de Assistência Social;

**VI** - Conceder inscrição e fiscalizar os serviços prestados pelas entidades e organizações de Assistência Social e informar ao Conselho Nacional de Assistência Social o cancelamento de registro das mesmas que incorrem em descumprimento dos princípios previstos no Art. 4º da LOAS - Lei Orgânica de Assistência Social e em irregularidades na aplicação dos recursos;

**VII** - Acompanhar o alcance dos resultados dos pactos estabelecidos com a rede prestadora de serviços da Assistência Social, para a proteção social básica e a proteção social especial;

**VIII** - Aprovar o Relatório Anual de Gestão;

**IX** - Elaborar, aprovar e divulgar seu regimento interno, tendo como conteúdo mínimo:

**a)** competências do Conselho;

**b)** atribuições da Secretaria Executiva, Presidência, Vice-Presidência e Mesa Diretora;

**c)** criação, composição e funcionamento de comissões temáticas e de grupos de trabalho permanentes ou temporários;

**d)** processo eletivo para escolha do conselheiro-presidente e vice-presidente;

**e)** processo de eleição dos conselheiros representantes da sociedade civil, conforme prevista na legislação;

**f)** definição de quórum para deliberações e sua aplicabilidade;

**g)** direitos e deveres dos conselheiros;

**h)** trâmites e hipóteses para substituição de conselheiros e perda de mandatos;

**i)** periodicidade das reuniões ordinárias do plenário e das comissões e os casos de admissão de convocação extraordinária;

**j)** casos de substituição por impedimento ou vacância do conselheiro titular;

**k)** procedimento adotado para acompanhar, registrar e publicar as decisões das plenárias.

**X** - Aprovar critérios de partilha de recursos, respeitando os parâmetros adotados na LOAS e explicitar os indicadores de acompanhamento;

**XI** - Aprovar o aceite da expansão dos serviços, programas e projetos socioassistenciais, objetos de cofinanciamento;

**XII** - Emitir declaração comprovando a existência de estrutura e de técnico de nível superior responsável pela Secretaria Executiva, do Conselho Municipal de Assistência Social;

**XIII** - Analisar e emitir parecer conclusivo acerca da regularidade de aplicação dos recursos no âmbito da Assistência Social;

**XIV** - Apreciar e aprovar o Plano de Ação e o Demonstrativo Sintético físico-financeiro anual do governo federal no sistema SUAS/WEB;

**XVI** - Convocar ordinariamente ou extraordinariamente, a cada 02 (dois) anos, num processo articulado com a Conferência Estadual e Nacional, a Conferência Municipal de Assistência Social, que terá a atribuição de avaliar a Política de Assistência Social e propor diretrizes para o aperfeiçoamento do sistema;

**XVII** - Aprovar as normas de funcionamento da Conferência M. de Assistência Social, bem como constituir a comissão organizadora e o respectivo Regimento Interno;

**XVIII** - Encaminhar as deliberações da Conferência Municipal aos órgãos competentes e monitorar seus desdobramentos;

**XIX** - Aprovar os instrumentos de Informação e Monitoramento instituídos pelo município;

**XX** - Estabelecer critérios e definir prazos para concessão de benefícios eventuais, nos termos do art. 22 da LOAS - Lei Orgânica de Assistência Social;

**XXI** - Divulgar e promover a defesa dos direitos sócio assistenciais;

**XXII** - Acionar o Ministério Público, como instância de defesa e garantia de suas prerrogativas legais;

**XXIII** - Indicar, se for o caso, o representante do CMAS juntos a órgão correlatos;

**XXIV** - Dar publicidade aos seus atos e publicar as resoluções que foram matéria de deliberações, bem como os respectivos pareceres emitidos, podendo utilizar os meios de comunicações para divulgar decisões e informações que o CMAS julgar necessárias;

**XXVI** - Fiscalizar a gestão e execução dos recursos do Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família - IGDPBF e do Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social - IGDSUAS;

**XXVII** - Acompanhar, avaliar e fiscalizar a gestão do Cadastro Único, bem como, a do Programa Bolsa Família;

**XXVIII** - Planejar e deliberar sobre os gastos de no mínimo 5% (cinco por cento) dos recursos do IGDPBF e 5% (cinco por cento) do IGDSUAS destinados ao desenvolvimento das atividades do conselho.

## **CAPÍTULO II**

### **DA ESTRUTURA E DO FUNCIONAMENTO**

#### **SEÇÃO I**

#### **DA COMPOSIÇÃO**

**Art. 3º** O CMAS terá a seguinte composição:

**I** - 05 (cinco) representantes do Governo Municipal:

**a)** 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania;

**b)** 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação e Cultura;

**c)** 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento;

**d)** 01 (um) representante da Secretaria Municipal da Finanças;

**e)** 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Agricultura e Gestão Ambiental.

**II** - 05 (cinco) representantes da Sociedade Civil:

**a)** 01 (um) representante de usuários, sendo: 01 (um) representante dos usuários Beneficiários do Programa Bolsa Família;

**b)** 01 (um) representantes dos prestadores de Serviços (ASCAR/EMATER);

**c)** 01 (um) representante dos Trabalhadores Rurais de Progresso;

**d)** 01 (um) representante dos Grupos (SCFV) Serviço de Convivência e Fortalecimento de vínculos;

**e)** 01 (um) representante da ONG Plantado Sonhos de Progresso.

**§1º** Cada titular do CMAS terá um suplente, oriundo da mesma categoria representativa, devendo ser observada a paridade entre representantes governamentais e não governamentais.

**§ 2º** Cada membro poderá representar somente um órgão ou entidade.

**§ 3º** Somente será admitida a participação no CMAS de entidades juridicamente constituídas, e em regular funcionamento.

**§ 4º** Quando na sociedade civil houver uma única entidade habilitada de uma dada categoria, admitir-se-á, provisória e

excepcionalmente, enquanto novas entidades surjam que o CMAS preencha as vagas de titular e suplência com representantes da mesma entidade.

**§ 5º** Os representantes da Sociedade Civil, serão eleitos em fórum próprio e/ou fórum único, sob a fiscalização do Ministério Público.

**§ 6º** Os representantes do Governo Municipal serão indicados pelos respectivos secretários municipais.

**Art. 4º** Os membros titulares e suplentes do CMAS serão nomeados pelo Prefeito Municipal.

**Art. 5º** Os membros do CMAS terão mandato de 02(dois) anos, permitida uma única recondução por igual período.

**Art. 6º** A atividade dos membros do CMAS reger-se-á pelas disposições seguintes:

**I** - O exercício da função de conselheiro é considerado serviço público relevante, e não será remunerado;

**II** - Os membros do CMAS poderão ser substituídos mediante solicitação da entidade, ou órgão que representam apresentada ao próprio Conselho que encaminhará os novos nomes para nomeação imediata pelo Prefeito Municipal;

**III** - Cada membro titular do CMAS terá direito a um único voto na sessão plenária;

**IV** - As decisões do CMAS serão consubstanciadas em Resoluções;

**V**- O CMAS será presidido por um de seus integrantes, eleito dentre seus membros titulares, para o mandato de 1 (um) ano, permitida uma única recondução, por igual período;

**VI** - O CMAS buscará aplicar o princípio da alternância de comando, possibilitando que a presidência do Conselho se reveze entre o poder público e a sociedade civil: cada representação cumprirá a metade do tempo previsto para o período total de mandato do conselho.

## **SEÇÃO II**

### **DO FUNCIONAMENTO**

**Art. 7º** O CMAS terá seu funcionamento regido por Regimento Interno próprio e obedecendo as seguintes normas:

**I** - Plenário como órgão de deliberação máxima;

**II** - Mesa diretora;

**III** - Secretaria Executiva;

**IV**- Comissões.

**Parágrafo único.** As sessões plenárias serão realizadas ordinariamente a cada mês, abertas ao público, conforme calendário anual previamente acordado, e pauta previamente divulgadas, podendo ainda ocorrer extraordinariamente quando convocadas pelo Presidente ou por requerimento da maioria dos seus membros.

**Art. 8º** A Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania prestará apoio técnico e administrativo, necessário ao funcionamento do CMAS, garantindo recursos materiais, humanos e financeiros, e arcando com despesas de passagens, traslados, alimentação e hospedagem dos conselheiros, tanto do governo como da sociedade civil, quando estiverem no exercício de suas atribuições.

**Art. 9º** O Conselho Municipal de Assistência Social deverá ter uma Secretaria Executiva que:

§ 1º será composta por Secretário (a) Executivo (a) e Equipe Técnica Administrativa para dar suporte ao funcionamento do Conselho, para assessorar suas reuniões e divulgar suas deliberações.

§ 2º subsidiará o plenário com assessoria técnica e poderá requisitar consultoria e assessoramento de instituições, órgãos e entidades ligados à área da assistência social, para dar suporte e/ou prestar apoio logístico ao Conselho.

§ 3º O cargo de Secretário (a) Executivo (a) do Conselho Municipal de Assistência Social de Progresso será ocupado por um de seus Conselheiros.

**Art. 10** Para melhor desempenho de suas funções o CMAS poderá recorrer a pessoas e entidades, mediante os seguintes critérios:

**I** - Consideram-se colaboradores do CMAS as instituições formadoras de recursos humanos para a Assistência Social e as entidades representativas de profissionais e usuários dos serviços de Assistência Social sem embargo de sua condição de membro;

**II** - Poderão ser convidadas pessoas ou instituições de notória especialização para assessorar o CMAS em assuntos específicos.

**Art. 11** No início de cada gestão, será realizado planejamento Estratégico do Conselho, com o objetivo de definir metas, ações, estratégias e prazos, envolvendo todos (as) conselheiros(as), titulares e suplentes.

**Art. 12** Devem ser programadas ações de capacitação dos(as) conselheiros(as) por meio de palestras, fóruns ou cursos, visando o fortalecimento e a qualificação de seus espaços de articulação negociação e deliberação.

**Art. 13** Todas as sessões do CMAS serão públicas e precedidas de ampla divulgação.

**Parágrafo único.** As Resoluções do CMAS, bem como os temas tratados em reuniões da mesa diretora e comissões, serão objeto de ampla e sistemática divulgação.

**Art. 14** O CMAS elaborará seu Regimento Interno no prazo de 90 (noventa) dias após a publicação desta Lei.

### **CAPÍTULO III**

#### **DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - FMAS**

##### **SEÇÃO I**

##### **DA CRIAÇÃO E RECEITAS**

**Art. 15** Fica criado o Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS, instrumento de captação e aplicação de recursos, que tem por objetivo proporcionar recursos e meios para o financiamento das ações na área de assistência social.

**Art. 16** Constituirão receitas do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS:

**I** - recursos provenientes da transferência dos Fundos Nacional e Estadual de Assistência Social;

**II** - dotações orçamentárias do Município e recursos adicionais que a Lei estabelecer no transcorrer de cada exercício;

**III** - doações, auxílios, contribuições, subvenções e transferências de entidades nacionais e internacionais, organizações governamentais e não-governamentais;

**IV** - receitas de aplicações financeiras de recursos do Fundo, realizados na forma da Lei;

**V** - as parcelas do produto de arrecadação de outras receitas próprias oriundas de financiamento das atividades econômicas de prestação de serviços e de outras transferências que o Fundo Municipal de Assistência Social terá direito a receber por força da lei e de convênios no setor;

**VI** - produto de convênios firmados com outras entidades financiadoras;

**VII** - doações em espécie feitas diretamente ao Fundo;

**VIII** - outras receitas que venham a ser legalmente instituídas.

§ 1º A dotação orçamentária prevista para o órgão executor de Administração Pública Municipal, responsável pela assistência social, será automaticamente transferida para a conta do Fundo Municipal de Assistência Social, tão logo sejam realizadas as receitas correspondentes;

§ 2º Os recursos que compõe o Fundo serão depositados em instituições financeiras oficiais, em conta especial sob a denominação Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS.

##### **SEÇÃO II**

##### **DA GESTÃO DO FMAS**

**Art. 17** - O FMAS será gerido pela Secretaria de Assistência Social e Cidadania, sob orientação e controle do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS.

**§ 1º** A proposta orçamentária do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS constará do Orçamento Municipal Vigente de cada Exercício;

**§ 2º** O orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS integrará o orçamento da Secretaria de Assistência Social e Cidadania.

**Art. 18** - Os recursos do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS, serão aplicados em:

**I** - financiamento total ou parcial de programas, projetos e serviços de Assistência Social desenvolvidos pelo órgão da Administração Pública Municipal responsável pela execução da Política de Assistência Social ou por órgãos conveniados;

**II** - pagamento pela prestação de serviços a entidades conveniadas de direito público e privado para execução de programas e projetos específicos do setor de assistência social;

**III** - aquisição de material permanente e de consumo e de outros insumos necessários ao desenvolvimento dos programas;

**IV** - construção, reforma, ampliação, aquisição ou locação de imóveis para prestação de serviços de assistência social;

**V** - desenvolvimento e aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão, planejamento, administração e controle das ações de assistência social;

**VI** - desenvolvimento de programas de capacitação e aperfeiçoamento de recursos humanos na área de assistência social;

**VII** - pagamento dos benefícios eventuais, conforme o disposto na Lei Municipal Nº 2546, de 06/05/2021.

**Art. 19** - O repasse de recursos para as entidades e organizações de assistência social, devidamente registrados no CNAS, será efetivado por intermédio do FMAS, de acordo com critérios estabelecidos pelo Conselho Municipal de Assistência Social.

**Parágrafo único.** As transferências de recursos para organizações governamentais e não governamentais de Assistência Social se processarão mediante convênios, contratos, acordos, ajustes e/ou similares, obedecendo a legislação vigente sobre a matéria e de conformidade com programas, projetos e serviços aprovados pelo Conselho Municipal de Assistência Social.

**Art. 20** - As contas e os relatórios do gestor do Fundo Municipal de Assistência Social serão submetidos à apreciação do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, mensalmente, de forma sintética e, anualmente, de forma analítica.

**Art. 21** - Ficam revogadas as Leis Municipais nº 496.02, de 25 de março de 1996 e Nº 1079, de 02 de setembro de 2002, bem como a Lei Complementar Nº 026, de 01 de abril de 1996.



**Art. 22** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PROGRESSO,  
Em 19 de maio de 2025.

**PAULO GILBERTO SCHMITT**  
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

Secretário de Administração e Planejamento

MENSAGEM JUSTIFICATIVA Nº 2988.10/2025  
Ao Projeto de Lei Nº 2995.10/2025.

Senhor Presidente e  
Senhores Vereadores:

Encaminhamos à apreciação desse Legislativo o presente Projeto de Lei que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) e o Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) no Município de Progresso/RS.

A referida matéria deverá substituir a legislação antiga, disposta na Lei Municipal nº 496.02, de 25/03/1996, Lei Municipal nº 1079, de 02/09/2002, bem como a Lei Complementar Nº 026, de 01/04/1996, às quais encontram-se ultrapassadas e necessitam de atualização, a fim de enquadrar o Conselho e o Fundo às disposições legais exigíveis.

Devemos ressaltar sobre a importância do controle social na formulação e execução das políticas públicas de assistência social. Assim sendo, o CMAS, composto por representantes do governo e da sociedade civil, é fundamental para garantir que as necessidades da população sejam ouvidas e atendidas, e para que os recursos públicos sejam utilizados de forma transparente e eficaz.

A criação do CMAS é essencial para fortalecer a participação da sociedade civil na gestão das políticas de assistência social, garantindo maior legitimidade e eficácia das ações.

Conforme os Senhores podem constatar no corpo do Projeto de Lei, o Conselho será paritário, composto por 05 (cinco) representantes do Governo Municipal e 05 (cinco) representantes da Sociedade Civil, tendo representatividade igualitária entre os setores Público e Privado. Dessa forma fica garantido o equilíbrio na defesa dos interesses de ambas as partes.

Consoante disposto, o Município passará a contar com um espaço para a discussão e deliberação das políticas de assistência social, com a participação de usuários, trabalhadores, organizações da sociedade civil e representantes do governo.

Igualmente será criado o Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS, passando ambos a integrar uma única Lei, o que facilita o manuseio e interpretação, considerando que ambas as matérias estão interligadas.

O FMAS trata-se de um instrumento de gestão orçamentária e financeira, no qual devem ser alocadas as receitas e executadas as despesas relativas ao conjunto de ações, serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social.

Considerando a atualização de que trata a matéria em pauta, no artigo 21 estamos procedendo a revogação das Leis Municipais que estarão sendo substituídas.

Diante do acima exposto, solicitamos a aprovação do Projeto de Lei em comento, para que possamos realizar a ação proposta.

Atenciosamente.

**PAULO GILBERTO SCHMITT**  
Prefeito Municipal